

CAPÍTULO I



“ A REVOLUÇÃO COMUNISTA É A RUPTURA MAIS RADICAL COM AS RELAÇÕES DE PROPRIEDADE TRADICIONAIS, NÃO É DE SE ESTRANHAR, PORTANTO, QUE A CURSO DE SEU DESENVOLVIMENTO ROMPA, DE MODO MAIS RADICAL, COM AS IDEIAS TRADICIONAIS ”

- KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS
MANIFESTO COMUNISTA



Karl Marx na escola brasileira

*Cristiano das Neves Bodart
Nildo Viana*

A presença do pensamento de Karl Marx nas escolas brasileiras incomoda uma parcela da sociedade, mais especificamente, a classe dominante, que não renuncia ao processo de reprodução de sua dominação. Não é difícil compreender os motivos de tal incômodo, basta observar como as contribuições desse pensador vêm ajudando a explicar a realidade social: *grasso modo*, evidenciando para os estudantes as relações de poder e o processo de exploração de uma classe social sobre outra. Claro que tem havido imprecisões nos usos das ideias de Marx, o que trataremos mais adiante.

Neste capítulo pretendemos demonstrar duas questões, ainda que de forma introdutória. São elas: a) como alguns dos conceitos marxistas vêm integrando os conteúdos escolares (ou orientado suas exposições) e o que eles suscitam no processo de ensino-aprendizagem; e b) refletir sobre a deformação/recepção do pensamento de Karl Marx na escola, fato que também contribui para a compreensão do medo existente em torno desse teórico social.

1 O marxismo na escola e os incômodos gerados

No Brasil, o marxismo tem provocado incômodos, o que fomenta a mobilização de alguns grupos – ligados ao capital ou manipulados por eles – a buscar formas de impedir que o pensamento marxista esteja nas escolas. Sendo a prática docente, no chão da escola, um dos poucos labores que o Estado burguês não conseguiu controlar plenamente, mecanismos de controle externos ao cotidiano da sala de



aula são mobilizados de forma constante na expectativa de que a pouca liberdade docente seja contida, tais como o uso do currículo escolar e dos livros didáticos. A Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e o novo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021 são esforços reacionários nessa direção.

A Reforma do Ensino Médio, associada à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC/EM) e à Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 02/2019 (que regulamenta os cursos de licenciaturas), além serem retrocessos curriculares, visam induzir a prática docente a uma perspectiva educacional neoliberal fundada em discursos individualizantes, tais como aqueles presentes nos componentes curriculares “projeto de vida” e “empreendedorismo”; ambos fundados na expressão máxima do capitalismo moderno: *Self Made Man*. Os novos livros didáticos, aprovados pelo PNLD, materializam essa perspectiva educacional, buscando o “controle” da prática docente, haja vista que muitas vezes os livros didáticos são as principais fontes dos professores para a elaboração dos planos de aula e um dos poucos materiais de leitura dos estudantes. A Resolução nº 02/2019, por sua vez, visa alinhar a formação docente aos pressupostos que fundamentam esse projeto de educação neoliberal em curso no Brasil, redirecionando os cursos de licenciatura aos apontamentos presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas mudanças são, em grande parte, uma ofensiva às perspectivas teóricas que não coadunam com os interesses neoliberais.

Jair Bolsonaro, na véspera de tomar posse como presidente da República, em 31 de janeiro de 2017, postou no Twitter:

Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos *rankings* de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o Ministro de Educação e outros envolvidos vamos evoluir em formar cidadãos e não mais militantes políticos [sic].



No *post* do presidente, observamos: a) a depreciação do marxismo¹; b) a tentativa de relacioná-lo ao baixo desempenho brasileiro nas avaliações educacionais internacionais; c) o esforço em atribuir conotação negativa à militância política; e d) a desassociação da ideia de cidadãos de atuação política. Quatro equívocos em uma única mensagem no Twitter.

O presidente ignora que o marxismo, em especial a obra *O capital*, é referência e está presente no conjunto de leituras de qualquer pesquisador que se volta à Economia Política, mesmo os liberais. A ciência não se faz apenas com obras com as quais se concorda na sua integralidade; da mesma forma, interpretações contrárias não implicam, necessariamente, negar sua importância na produção do saber. Ignora Bolsonaro que a presença do marxismo nas instituições de ensino de todo o mundo se dá pelo reconhecimento acadêmico de sua relevância teórico-metodológica. A tentativa de relacionar piores posições nos *rankings* de educação e o marxismo é descabida por ao menos dois motivos: a) essas avaliações, em geral, voltam-se ao diagnóstico dos níveis de aprendizagem da Matemática e da língua oficial de cada país; e b) os problemas educacionais brasileiros são mais profundos do que ter ou não a presença de um autor nas escolas. Interessa à burguesia, e aos indivíduos sustentados por ela na máquina pública, imprimir na militância política uma conotação negativa, estratégia usada para não ter questionada a reprodução de sua dominação. Para esse grupo, é preferível valorizar um conceito, como o de cidadania, que particulariza e individualiza as pessoas, do que, por exemplo, o conceito de classe social, que denota coletivos.

¹ Importa destacar que o suposto “marxismo” que Bolsonaro enxerga nas escolas é uma reunião incoerente de diversas concepções progressistas, republicanas e liberais, muitas delas em frontal antagonismo ao marxismo.



Se, por um lado, há os que afirmam que “há muito marxismo nas escolas”, por outro, há os que pensam que sua presença é ainda incipiente e marcada por imprecisões interpretativas das ideias de Marx. Em um ponto parece haver consenso entre os que apontam a necessidade de “menos Marx” ou “mais Marx” nas escolas: o reconhecimento de sua presença.

Vamos encontrar Marx nas aulas escolares e nos livros didáticos. Dependendo do contexto histórico, social e político do país, a forma como isso ocorre varia. No caso brasileiro contemporâneo, temos a presença desse autor em algumas disciplinas, como História, Filosofia e Sociologia.

Docentes das disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) são recorrentemente “tachados” como doutrinadores, fato ligado à presença do pensamento marxista na formação inicial desses profissionais. Contudo, ignora-se que muitas outras correntes teóricas – que influenciaram e influenciam os posicionamentos políticos – também fazem parte da grade curricular das licenciaturas em Ciências Humanas e Filosofia; mas o corpo docente raramente é questionado quanto a elas. Nossa hipótese é que isso se dá, ao menos, por dois motivos correlatos: a) os grupos com alinhamentos políticos à direita brasileira são, geralmente, menos tolerantes aos pensamentos dissonantes; e b) o incômodo ocorre por ver, em algum grau, o *status quo* sendo questionado.

Vale destacar que o pensamento de Marx trouxe contribuições importantes para o campo científico das Ciências Humanas e da Filosofia, estendendo-se aos estudos das relações sociais (mercantis, de trabalho, de lazer etc.), dos modos de produção, da produção da riqueza, do trabalho, da divisão de classes na sociedade, da produção da consciência e



mesmo a temas que não foram abordados diretamente por Karl Marx, tal como a educação.

A escola é um espaço criado na modernidade para maximizar a transmissão do conhecimento técnico e científico acumulado; por isso é de se esperar que as contribuições marxistas e as “leituras do pensamento de Marx” estejam em seu interior. Se assim não for, os estudantes estariam privados de conhecer parte importante dos conhecimentos científicos produzidos nos últimos 150 anos; o que seria uma dupla violência simbólica. Violência por privar o acesso à parte do saber produzido na história da sociedade moderna, gerando uma censura a determinadas ideias e a imposição de outras, o que é essencial para o avanço da consciência humana; e violência por impedir que a exploração do homem sobre o homem seja evidenciada, questionada e superada.

Dessa forma, de um lado temos, nas escolas, um conjunto de conceitos que vem sendo utilizados pelos docentes para explicar diversos fenômenos sociais e, por outro, grupos que desejam que os discursos presentes no ambiente escolar se limitem às suas narrativas reacionárias; a esses, a ideia de “pensamento crítico” traz arrepios. Contudo, nem sempre o uso dos conceitos marxistas no contexto escolar ocorre de forma adequada, gerando deturpações e estereótipos que acabam sendo mobilizados pelos reacionários para criticá-los sem apresentar uma crítica teórica honesta aos fundamentos do pensamento de Karl Marx. Normalmente o que há é um profundo desconhecimento do que se critica, ainda que haja a consciência de que a presença de tais fundamentos na escola é uma ameaça aos seus interesses e pode gerar autonomização dos dominados; o que Marx chamou, na obra *O capital* ([1867] 2011), de “passagem de classe em-si a classe para-si”. É certo que o marxismo deva ser, como qualquer outra teoria, constantemente questionado, mas para



isso é necessário que haja honestidade intelectual e conhecimento dos aspectos que a crítica pretende alcançar.

Apontar como Marx aparece nas escolas brasileiras é uma tarefa difícil devido às variadas interpretações existentes de seu pensamento. Contudo, voltamo-nos ao ensino das disciplinas que compõem, na Base Comum Curricular (BNCC), as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – onde a presença do pensamento de Karl Marx é maior e se concretiza a partir de usos de conceitos que compõem sua teoria – para apresentar algumas maneiras como o marxismo chega ao chão da escola.

É bem provável que Marx chegue à escola pela temática das desigualdades sociais, tema bem presente no cotidiano dos estudantes. Trabalho e movimentos sociais são outros temas convites ao marxismo. Contudo, a sua presença ocorre também a partir do uso de seu método, além de seus diversos conceitos elucidativos de temas contemporâneos, tais como discursos, consumismo, capitalismo e desemprego.

Na disciplina História, por exemplo, a forma de apresentar os processos históricos vem sendo impactada pelo conceito de dialética, fazendo com que pouco a pouco a interpretação e a descrição linear dos fatos sejam abandonadas por muitos docentes, os quais passaram a ensinar que a história é marcada por contradições e lutas de classes; o que abre a discussão sobre possíveis maneiras de mudar as formas como a sociedade está estruturada. Preocupa os reacionários porque a presença desse conceito vem dificultado a manutenção de uma história oficial criada e mantida pela classe dominante. Sob o conceito de dialética, outros agentes sociais – antes silenciados/apagados – são trazidos para a cena histórica como parte de um processo de disputa de conformação das estruturas sociais em suas formas conscientes e concretas. Se na disciplina de História o conceito é adotado como uma perspectiva analítica dos processos históricos, na Sociologia Escolar ele se torna essencial à



compreensão das configurações sociais do presente e à percepção de sua historicidade.

Em diversos livros didáticos de Sociologia dos PNLDs anteriores (2012, 2015 e 2018), por exemplo, vamos encontrar a indicação do uso do conceito de dialética como um dos caminhos para entender as relações entre as classes sociais, o que – indicam os autores – lança luz às relações de exploração do homem sobre o homem e às formas de reprodução da vida em sociedade. A apropriação desse conceito, enquanto método de (re)analisar a história e o presente, traz incômodos aos que desejam que os estudantes acreditem que passado e presente já estão simbolicamente e materialmente conformados.

As relações sociais, tema presente nas escolas, são apresentadas aos estudantes de diversas formas, uma delas a partir da perspectiva do materialismo histórico, esclarecendo às relações de produção e de exploração que engendram a “evolução” e a organização das sociedades. Em um dos livros didáticos de Sociologia (SILVA et al., 2013) aprovado no PNLD de 2012, 2015 e 2018, por exemplo, encontraremos um capítulo voltado aos métodos de análise do social, contendo uma seção intitulada “O materialismo histórico dialético”. Nesse contexto de ensino-aprendizagem, são expostos aos estudantes os conceitos de ideologia, classe social e lutas de classe, sendo a história ensinada a partir da perspectiva do conflito, mais especificamente dos conflitos entre as classes sociais. Além disso, é exposto aos estudantes o papel das relações de produção no engendramento da dinâmica social, bem como entre a propriedade dos meios de produção e a produção da consciência. Essas abordagens incomodam a classe dominante, por supostamente fomentarem conflitos sociais (como se a sociedade não fosse estruturada em conflitos), já que interessa a esse grupo “docilizar as massas”.

Reflexões em sala de aula em torno de possibilidades de organizações sociais fora do capitalismo e sem distinções de classes sociais são vistas, pela burguesia, como fomento à “rebeldia” e atentado à “desordem”. O marxismo torna-se alvo constante por trazer ao debate a possibilidade de implantação de uma sociedade comunista. Em outro livro didático de Sociologia (OLIVEIRA; COSTA, 2013), também aprovado no PNL D de 2015 e 2018, vamos encontrar no capítulo sobre socialização dos indivíduos uma seção intitulada “É necessário mudar o mundo”, onde os autores apresentam algumas das contribuições de Marx para pensar as conformações dialéticas das estruturas sociais, abordando questões de mudanças e permanências sociais, considerando as relações de dominação e as possibilidades de revoluções. Isso explica o fato de um vereador levar esse mesmo livro didático à Câmara e criticá-lo em plenária, acusando-o de “ideológico”.

Quando adequadamente ensinado nas escolas, o conceito de ideologia pode promover entre os estudantes questionamentos da “legitimidade” das ideias dominantes, bem como levá-los a pensar a correlação entre domínio da produção material e domínio da produção cultural, assim como a produção de “consciências ilusórias”. Ter suas ideologias questionadas certamente trará incomodo à burguesia. Curiosamente, o marxismo é acusado de ser uma “doutrina ideológica”. Para tanto, usam conceitos marxistas – de forma equivocada e deturpada – para atacar essa teoria. Exemplos são a “ideia” de “marxismo cultural” e de “ideologia de gênero”.

O conceito de mais-valor (geralmente com a tradução de “mais-valia”) é ensinado nas escolas para explicar as diferenças de rendimentos entre as classes sociais, assim como é abordado que a apropriação da riqueza produzida pelo trabalhador por parte da burguesia é viabilizada por aquilo que Marx denominou “alienação” e “exército industrial de



reserva”. Os lucros obtidos pelos donos do capital são apresentados como resultados de um conjunto de determinações que envolvem a alienação do trabalhador. Outro livro didático de Sociologia (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013), aprovado nos PNLDs de 2015 e 2018, traz uma seção cujo título é “força de trabalho e alienação”, na qual busca demonstrar aos estudantes a relação entre a forma de produção capitalista, a alienação do trabalhador e o mais-valor.

Os conteúdos escolares e as suas abordagens são substancialmente influenciados pelo livro didático. Não é difícil encontrar nessas obras trechos curtos de obras diversas, inclusive do *Manifesto Comunista* e de *O capital*. A contragosto dos que são contrários à presença do pensamento de Marx na escola, conceitos marxistas e trechos de obras desse teórico apareceram em questões no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Por exemplo, na edição de 2012 vamos encontrar uma questão relacionada ao conceito de alienação; em 2013 a prova contou com um trecho do *Prefácio à crítica da Economia Política*. Em 2018, Jair Bolsonaro, em entrevista, criticou o Enem e havia dito que teria conhecimento prévio da prova para censurar conteúdos que julgasse inapropriados. Ao se referir ao Ministério da Educação, ele afirmou que “há um marxismo lá dentro que trava o Brasil”.

Cercear o acesso dos estudantes aos conhecimentos marxistas – e a qualquer outro cientificamente qualificado – seria uma prática contrária ao pluralismo de ideias, apregoadado no artigo 3º, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O acesso ao conhecimento sempre foi limitado aos filhos das classes trabalhadoras. Essa prática ocorre de duas formas: a) restringindo a aprendizagem, o que se dá pela exclusão da classe trabalhadora do sistema escolar (ou sua inclusão deficitária); e b) restringindo a prática de ensino, concretizada nas recorrentes tentativas de impedir que alguns conhecimentos estejam presentes nos



currículos escolares. Assim, o processo de ensino-aprendizagem fica – como projeto burguês – comprometido.

O fato de estar presente nas escolas não significa que o ensino de um conteúdo esteja ocorrendo de forma qualificada. As dificuldades de acesso ao pensamento marxista também estão relacionadas aos seus usos imprecisos e equivocados. Não podemos olvidar que poucos são os professores que conhecem de forma substantiva as contribuições desse teórico, o que gera usos imprecisos em sala de aula. Outro aspecto que merece destaque está no fato de que as condições de trabalho dos docentes do ensino básico brasileiro são, geralmente, precárias, restando pouco tempo, recursos financeiros e fôlego para sua formação continuada. Soma-se a isso o fato de que a principal obra de Karl Marx, *O capital*, seja extensa. No Brasil, os volumes 1, 2 e 3, publicados pela Editora Boitempo, somam 2.638 páginas. O volume 4, publicado em três partes pela Editora Difel, tem 1.616 páginas. Ao todo, a obra possui 4.254 páginas.

É preciso compreender que Marx, a rigor, não aparece nas salas de aula. Suas ideias não são apresentadas e geralmente não é lido o que ele escreveu (com exceção do ensino superior, onde, muitas vezes, leem-se fragmentos de suas obras). Quem realmente aparece na sala de aula é o professor, com sua formação individual específica, com suas posições políticas (do conservador, passando pelos reformistas até chegar aos revolucionários, embora seja raríssimo nesse último caso), suas crenças, moral, religião etc. Marx uma vez questionou: “quem educa os educadores?”.

Os professores são indivíduos concretos, de carne e osso, com história de vida, bagagem cultural e formação intelectual. Logo, eles apresentam Marx a partir daquilo que leram dele (quando leram) e sobre ele. A forma como Marx é apresentado aos estudantes varia conforme o professor, seus interesses e posição política, suas leituras, assim como



varia a sua predisposição (positiva ou negativa) em conhecer e ensinar o pensamento de Marx, quanto ao seu grau de conhecimento sobre ele. Os livros didáticos, por sua vez, são escritos por autores dos quais se espera que tenham maior conhecimento sobre os autores e teorias que tratam nos livros. Porém nem sempre é assim. É possível encontrar nos livros didáticos exposições imprecisas ou mesmo equivocadas em relação ao pensamento marxista, o que contribui para que o teórico seja injustamente criticado.

2 Deformação/recepção do pensamento de Karl Marx na escola

O Marx apresentado em sala de aula e nos livros didáticos tem várias “faces”, isso por ser seu pensamento mediado por interpretações de autores e professores, já que não é ele mesmo quem se apresenta aos estudantes. Apesar de Karl Marx ser apenas um indivíduo, o seu pensamento sofreu e continua sofrendo diversas interpretações distintas, opostas e até antagônicas. Porém, existem algumas interpretações que são mais fortes e influentes. A que predomina é a mais presente nas escolas, pois é a que se manifesta majoritariamente nos meios de comunicação, nos livros de comentaristas, nas universidades e em livros de introdução ao seu pensamento e biografias.

A interpretação hegemônica do pensamento de Karl Marx é a que ficou conhecida como “leninismo”. Após a morte de Marx, apareceram sucessivos “intérpretes canônicos” do seu pensamento, com destaque para Engels, Kautsky e, por último, Lênin. Este produziu algumas obras, geralmente folhetos, panfletos, textos polêmicos e alguns poucos livros. Nessas obras, Lênin apresentava-se como marxista e intérprete autorizado do pensamento de Marx. Após a vitória da Revolução Bolchevique de Outubro de 1917, Lênin, considerado o grande líder da revolução,

passou a ser traduzido e conhecido mundialmente, tornando-se representante da interpretação hegemônica do pensamento de Marx, tanto nos países do chamado “socialismo real” quanto na Europa e América Latina, bem como em outros países. Porém, a interpretação leninista de Marx tem muitos problemas. As infundáveis polêmicas que ele teve com diversos outros intérpretes de Marx deixa isso evidente, bem como as numerosas críticas ao pensamento de Lênin e sua interpretação de Marx.

A razão da hegemonia dessa interpretação do pensamento de Marx se deve a um conjunto de determinações, sendo a primeira a organização centralizada do Partido Bolchevique, na Rússia, e o espírito polemista de Lênin, o que se ampliou drasticamente após a Revolução Bolchevique e a chamada “bolchevização dos partidos comunistas”. O modelo de partido e de “revolução” que ocorreu na Rússia se generalizou para todos os partidos comunistas do mundo. A supremacia da URSS no chamado “bloco socialista”, com todo o seu poder econômico, cultural e político, inclusive publicando obras em diversos idiomas, tornaram a interpretação leninista não só hegemônica, mas tida por muitos como “inquestionável”. Essa influência ultrapassou os marcos dos países, partidos e intelectuais denominados “comunistas”, pois passou a influenciar outras posições políticas, próximas (a social-democracia e seu conjunto de partidos espalhados pelo mundo) e até adversárias (a versão leninista do pensamento de Marx era útil para eles, tal como colocaremos adiante).

A interpretação leninista de Marx é simplificadora e deformadora. Porém, a ascensão ao poder de Josef Stalin, na URSS, gerou o chamado “marxismo-leninismo”, um derivado ainda mais empobrecido e simplificado. O chamado “stalinismo” provocou uma maior simplificação da interpretação leninista do pensamento de Marx. Nos Estados Unidos e no resto do mundo, essa interpretação também se imporá por ser reproduzida por partidos, sindicatos, intelectuais, progressistas, bem como



por conservadores. A diferença é que os progressistas apresentam como positivo o pensamento de Marx deformado pelo leninismo e os conservadores reproduziam a mesma interpretação para apresentá-la como negativa, “ditatorial”, “autoritária”, o que seria também o discurso dos anarquistas. Essas impressões são as que acabam chegando nas escolas, ou mesmo as que são usadas para argumentar que o marxismo não seja ensinado.

Assim, existem vários problemas interpretativos das ideias de Marx nos livros didáticos e nas aulas de muitos professores. Apesar da queda do Muro de Berlim, as milhares de obras sobre o pensamento de Marx e os prefácios produzidos durante décadas reforçam determinada leitura, entre diversos outros elementos, tal como a sua reprodução por comentaristas até os dias atuais, o que faz com que a interpretação leninista continue sendo hegemônica, apesar de um número crescente de questionamentos e de novas interpretações que vêm surgindo.

Tendo em vista o grande número de aspectos do pensamento de Marx que são deformados, vamos aqui nos ater apenas aos mais comuns e graves. Destacamos os seguintes: a dialética, o conceito de classes sociais, o conceito de ideologia e a concepção de socialismo.

2.1 O conceito de dialética deformado

A questão da dialética é uma das mais complicadas na interpretação do pensamento de Marx. Muitos interpretam a dialética chamada de “marxista” ou “materialista” como sendo muito próxima da dialética hegeliana, produzida pelo filósofo Hegel. Outros se inspiram na obra de Friedrich Engels (1985), *A dialética da natureza*, que se aproxima de Hegel ou, mais ainda, das obras de Lênin e Stálin. Daí se apresentam afirmações que nunca foram realizadas por Marx como características da sua concepção de dialética.



A principal atribuição errônea a Marx é a famosa explicação da dialética como sendo a tese-antítese-síntese, ou uma apresentação de suas leis (que está em Hegel, é retomada por Engels e simplificada por Stálin). Segundo essa interpretação, a dialética em Marx seria composta pela “lei da luta e unidade dos contrários”, “lei da transformação da quantidade em qualidade” e “lei da negação da negação”. O curioso é que tal interpretação nunca cita nenhum trecho ou lugar em que Marx tenha afirmado isso e isso ocorre por um motivo muito simples: ele nunca escreveu ou afirmou isso em lugar algum. Ele mesmo disse que extraiu elementos da dialética hegeliana, mas preservando apenas o seu “núcleo racional” e descartando o seu “invólucro místico”. Nos textos em que Marx trata de dialética, não se encontra nada parecido. Nos prefácios (MARX, 1988) que escreveu para sua obra *O capital*, na qual faz referências ao seu método, ele coloca elementos com a perspectiva do proletariado, a historicidade das relações sociais, a necessidade de compreender a totalidade, entre outros aspectos que não apontam para as “leis da dialética”. Em seu texto “O método da Economia Política”, parte do livro *Contribuição à crítica da Economia Política* (MARX, 1983), discute como se realiza uma análise dialética, que busca reconstituir o real no pensamento a partir do processo de abstração que visa recuperar as suas múltiplas determinações. Não se encontra nesse texto sobre o método dialético nenhuma referência a leis, tese-antítese-síntese e coisas similares. Contudo, vamos notar essas interpretações sendo reproduzidas em livros didáticos e nas salas de aula.

2.2 O conceito de classes sociais deformado

Outra deformação do pensamento de Marx aparece na definição dos conceitos de “classes sociais” e “ideologia”. A interpretação deformante, nesse caso, foi facilitada por Marx não apresentar



uma definição, uma síntese dos conceitos de “classes sociais” e “ideologia”. Ademais, porque a obra na qual ele mais desenvolve sua concepção a esse respeito, *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 1982), foi publicada postumamente, em 1936, quando o intérprete canônico, Lênin, já havia falecido. A forma mais comum de definir classes sociais nos livros didáticos é uma retomada da definição leninista, que se encontra em um panfleto dele: *Uma grande iniciativa* (LÊNIN, 1979). Assim, é possível ler num livro didático que “[...] segundo Marx, podemos definir classe social como a posição que um grupo de indivíduos ocupa no processo de produção: de um lado, os proprietários dos meios de produção e, de outro, os produtores (trabalhadores)” (SILVA, 2016, p. 49). Essa é a definição leninista que focaliza a questão dos meios de produção e sua posse. Na obra *A ideologia alemã*, Marx afirma que as classes sociais são caracterizadas por possuírem modos de vida comuns, interesses comuns e oposição comum em relação às outras classes sociais e isso é determinado pela divisão social do trabalho que, por sua vez, é constituída pelo modo de produção (dominante).

Qual é a diferença? A concepção leninista reduz o problema das classes sociais à relação com a posse dos meios de produção, o que acaba gerando concepções problemáticas (uma simplificação do próprio leninismo), segundo as quais existiriam apenas duas classes sociais: a dos proprietários dos meios de produção e a dos trabalhadores. Além disso, ainda colocaria todos os indivíduos que não são proprietários dos meios de produção ou trabalhadores submetidos a eles como não pertencendo a nenhuma classe, tais como os burocratas e os intelectuais. O sociólogo Georg Gurvitch (1982), em seu livro *As classes sociais*, afirma, por exemplo, que em *O capital*, Marx trataria apenas de duas classes sociais, e em suas obras históricas, de até 13 classes, o que seria uma contradição, revelando mais uma interpretação problemática. Em *O capital*, Marx, no



volume 1, aborda a produção de mais-valor, relação de exploração que constitui a burguesia e o proletariado, as duas classes sociais fundamentais do capitalismo. No mesmo volume, Marx ainda fala dos “gerentes” (burocracia) como sendo outra classe. Quem ler os outros volumes de *O capital*, verá capítulos onde aparecem outras classes sociais: campesinato, latifundiários, lumpemproletariado e, até mesmo, numa nota de rodapé, uma referência à “classe dos serviçais”, composta por trabalhadores domésticos gerados pelo enriquecimento capitalista. Não existe apenas uma classe de proprietários dos meios de produção nem apenas uma classe daqueles que não possuem tais meios. A definição de classes em torno dos meios de produção é enganosa, pois as relações de propriedade, tal como o próprio Marx alertará, são apenas a “expressão jurídica” das relações de produção, que são o elemento fundamental. A questão das classes sociais em Marx remete para o problema da divisão social do trabalho e não para uma concepção simplista de relação com os meios de produção. Contudo, essa simplificação também aparece nos livros didáticos e nas aulas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

2.3 O conceito de ideologia deformado

A respeito do conceito de ideologia, existem duas interpretações principais e problemáticas, sendo que uma foi hegemônica durante grande parte da história do marxismo, a leninista, e mais recentemente outra emergiu e se tornou bastante influente, sendo mais próxima do pensamento de Marx. A concepção leninista, que será reproduzida com algumas diferenças por Gramsci e seus adeptos, afirma que as ideologias são “visões de mundo”. Depois da publicação de *A ideologia alemã*, a interpretação que passou a ganhar força foi a de que a ideologia é “falsa consciência”, termo que Engels utilizou numa carta publicada em várias oportunidades. Marx entende ideologia como uma



“inversão da realidade”, uma “consciência ilusória”. Portanto, a noção de ideologia como “visão de mundo”, no pensamento de Marx, é totalmente equivocada. A noção de ideologia como “falsa consciência” é mais próxima, mas também não aponta para o significado entendido por Marx. A razão disso é que esse autor relaciona tal fenômeno cultural com os seus produtores, os ideólogos. Segundo Marx, a ideologia surge com a divisão entre trabalho manual e intelectual, e os responsáveis por sua produção são os especialistas no trabalho intelectual, os ideólogos. Por serem especialistas, produzem ideias sistematizadas, de acordo com os interesses da classe dominante (que alguns esquecem quando falam de “falsa consciência”, embora não sejam todos). Por conseguinte, a definição que seria uma síntese da concepção de Marx é “sistema de pensamento ilusório”. É por isso que quando Marx trata da ideologia, ele está criticando filósofos, cientistas, tais como os neo-hegelianos e os economistas burgueses. Assim, todos podem criar representações ilusórias, mas são os ideólogos que o fazem de forma sistemática, criando “sistemas de pensamento”. E uma vez criadas, essas representações aparecem como autônomas, pois para Marx há os ideólogos ativos, que produzem ideologias, e os passivos, que as reproduzem. Essas ideias produzidas se espalham pela sociedade por meio das ferramentas e espaços de produção e divulgação cultural. Importa destacar que a classe que possui “os meios de produção materiais” também possui os “meios de produção cultural”, o que reforça a famosa frase do *Manifesto Comunista*, “[...] as ideias dominantes são as ideias da classe dominante” (MARX; ENGELS, 1988, p. 38).

2.4 O conceito de socialismo deformado

Um quarto caso se refere à concepção de socialismo. Essa é possivelmente a questão mais importante, pois é a que gera

maior resistência à presença do pensamento de Marx nas escolas. A interpretação hegemônica de Marx, reproduzida pela maioria dos professores e livros didáticos, aponta para uma compreensão de que o “socialismo”, na sua concepção, seria a “estatização dos meios de produção”, “ditadura do proletariado”, e que seria semelhante aos regimes denominados de “socialismo real”, englobando a antiga URSS, o Leste Europeu e outros países, como Cuba, China etc. Por outro lado, reproduz-se geralmente a ideia de que, para Marx, entre capitalismo e comunismo haveria um período de transição chamado “socialismo”.

Uma leitura atenta dos escritos de Marx sobre o comunismo deixa clara sua diferença radical com tais experiências e afirmações. Marx, num primeiro momento, realmente fez referências à “estatização” e à “ditadura do proletariado”. Porém, mesmo nesse caso, o suposto “Estado” não era o da nossa sociedade, uma poderosa máquina burocrática, mas sim, como ele coloca no *Manifesto Comunista*, “uma classe que efetiva a repressão de outra” e a ditadura do proletariado seria o exercício da força por toda uma classe social (e não por partidos ou grupos falando em seu nome, como quer o leninismo), que seria, tal como ele coloca naquele tempo, uma “revolução da maioria”.

Marx aprofundou sua concepção em escritos posteriores, tal como se vê após a experiência da Comuna de Paris (eclodida em 18 de março de 1871) e sua crítica ao Programa de Gotha, do nascente Partido Social-Democrata Alemão, próximo do período de sua morte. Ele passa a esclarecer que é necessário abolir a máquina estatal, bem como o trabalho assalariado, o dinheiro etc. Por outro lado, ele nunca afirmou existir um “período de transição” do capitalismo ao comunismo nem que isso se chamaria “socialismo” (o que solidifica um “período” e legitima regimes semelhantes ao da URSS). O que ele colocou foi que ocorre a revolução e surge o comunismo, dividido em duas fases, sendo que na primeira



fase já se abole o Estado, o trabalho assalariado, o dinheiro etc. Logo, isso nada tem a ver com o chamado “socialismo real”. Inclusive o acréscimo do “real” vem justamente para se opor ao “ideal”, que era a concepção de Marx. Por outro lado, Marx usou o termo “comunismo” para se distinguir das demais concepções oposicionistas de sua época, chamadas de “socialistas”. Ele raramente usou o termo “socialismo” e, quando não fez oposição, usou como sinônimo de comunismo e não como uma fase do processo histórico. Os regimes do chamado “socialismo real” reproduzem as características essenciais do capitalismo, tal como a produção de mais-valor e tudo que é pressuposto ou derivado (produção de mercadorias, divisão do trabalho, trabalho assalariado etc.), por isso, são melhor interpretados como “capitalismo de Estado”.

Assim, a ideia de um socialismo entre capitalismo e comunismo nada tem a ver com a concepção de Marx. Isso foi desenvolvido por Lênin. Ora, essa ideia é útil tanto para os regimes de capitalismo estatal quanto para a URSS no contexto da Guerra Fria, pois não só passava uma fachada positiva (“socialista”) para tais países como ainda contribuía para conseguir adesões nos países de capitalismo privado, especialmente em partidos e sindicatos. Essa ideia, por sua vez, também é útil para o lado oposto da Guerra Fria, ou seja, para os Estados Unidos e seus aliados. A razão disso é que a confusão entre “socialismo” e “capitalismo de Estado”, entre a concepção de Marx e a de Lênin, permite uma propaganda contra esses países e as ideias associadas. Como o pensamento de Marx é vinculado a esses regimes ditatoriais, então fica fácil apresentá-lo como sendo “autoritário” e “ditatorial”, afastando inúmeras pessoas das suas ideias. Desse modo, o Marx apresentado como o idealizador dos regimes ditatoriais denominados “socialistas” se torna altamente ameaçador para os conservadores em geral (indo dos nazifascistas, conservantistas, passando por liberais de várias tendências, até



chegar a republicanos, trabalhistas e outros) e para os setores progressistas, bem como para a parte da população que tende a concordar com tais posições.

Expomos esse conjunto de leituras problemáticas de Marx não para justificar que seu ensino seja um problema, mas para chamar atenção ao fato de que imprecisões têm sido instrumentalizadas para reclamar sua presença. Precisamos avançar na qualificação da exposição de seu pensamento e garantir o acesso a esse importante patrimônio cultural.

Considerações finais

Não buscamos explorar porque, em muitos casos, Marx se mostra ausente nas aulas ou nos materiais didáticos. Certamente, ausência e presença envolve, além de interesses e do medo de Marx, escolhas teóricas outras que perpassam o processo de formação docente, a produção dos currículos e as afinidades teóricas e metodológicas dos professores. Assim, é mais do que recorrente que alguns autores sejam ensinados e outros não, sobretudo considerando a reduzida carga horária destinada às disciplinas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Buscamos destacar aspectos que, em certa medida, explicam por que diversos grupos têm medo da presença de Marx na escola, enfatizando dois aspectos mais gerais: a) a potencialidade em contribuir para que os estudantes compreendam as relações sociais e como as estruturas da sociedade são produzidas e mantidas; b) as interpretações equivocadas do pensamento de Marx, que acabam sendo usadas para atacá-lo e justificar as campanhas que se voltam à sua exclusão nas aulas e nos livros didáticos. Em síntese, o medo de Marx se dá como estratégia de defesa de interesses de classes sociais privilegiadas e por ignorância ou conhecimento parcial, resultado de diversas deturpações de seu



pensamento. Interessa sempre o discurso de que há um fantasma que ronda. O medo do comunismo, por exemplo, vem sendo amplamente mobilizado por grupos de partidos da extrema-direita brasileira para conseguir adeptos às suas plataformas políticas. É necessário desmistificar os mitos. O fantasma que ronda é quase sempre o Marx deformado.

As críticas apresentadas não visam desqualificar a presença de Marx na escola ou nos livros didáticos, mas evidenciar a necessidade de melhor qualificar a compreensão de seu pensamento, o que colaboraria para “espantar o medo” de parte da sociedade, bem como deslegitimar e dificultar a prática de grupos por interesse de classe em espalhar o medo e manter sua dominação amedrontando os menos informados.

Os questionamentos em torno da presença de Marx nas escolas deveriam estar centrados na qualificação de sua exposição, de modo a garantir um ensino plural e de qualidade. Como dito, tornar Marx ausente nas escolas é furtar o direito dos estudantes em acessar parte importante dos conhecimentos produzidos pelas Ciências Humanas ao longo dos últimos dois séculos. Ainda que alinhado a outras formas de entender o mundo, o professor deve apresentar nos limites impostos o maior volume possível de contributos das Ciências Humanas aos estudantes, o que precisa ser feito com qualidade. Marx, como qualquer outro pensador, pode e deve ser criticado – as Ciências Humanas estão abertas à crítica fundamentada e à disputa conceitual de explicação e intervenção na realidade –, mas para isso é fundamental conhecer adequadamente seu legado para que as críticas sejam produtivas e contribuam para o avanço científico e filosófico; e não ter medo de Marx (excluindo-o das escolas) é basilar nesse processo de aprimoramento do saber.



Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB)* - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Reforma do Ensino Médio*. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.
- ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GURVITCH, Georges. *As classes sociais*. São Paulo: Global, 1982.
- INEP. Ministério da Educação. *Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)*. Brasília: MEC, 2012.
- INEP. Ministério da Educação. *Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)*. Brasília: MEC, 2013.
- LÊNIN, W. “Uma grande iniciativa”. *Obras escolhidas*. v. 3. Lisboa: Avante, 1979.
- MACHADO, Igor José Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. *Sociologia hoje*. Volume único. Ensino Médio.1. ed. São Paulo: Ática, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. *O capital* [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital*. 5 vols. 1, 3, ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- OLIVEIRA, Luiz Fernando; COSTA, Ricardo Cesar Rocha. *Sociologia para jovens do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.
- SILVA, A. *et al. Sociologia em movimento*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- SILVA, A. Vários autores. *Sociologia em movimento*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2013.